

■ NACIONAL

Economia Brasil

Brasil estuda aval para empréstimo do G-7

O governo brasileiro está estudando as garantias que dará aos empréstimos do fundo de contingência na parte que envolver recursos do G-7, o grupo dos sete países mais ricos do mundo, informou ontem uma fonte multilateral familiarizada com as negociações. As garantias seriam fornecidas caso o País utilizasse dinheiro da ajuda preventiva a países emergentes afetados pelas turbulências financeiras. Na crise da "tequila", em 1994-95, o México deu sua receita de petróleo como aval aos EUA. Na ocasião, o governo norte-americano colocou à disposição dos mexicanos US\$ 20 bilhões, dos quais US\$ 12,5 bilhões foram usados. Os pagamentos feitos à Pemex, estatal do petróleo, eram usados como garantia de que os pagamentos do serviço da dívida mexicana não seriam interrompidos.

Nos empréstimos para ajustes estruturais que o Banco Mundial (BIRD) fará ao Brasil, de US\$ 4,5 bilhões, não haverá exigência de garantias extras, somente as do governo, disse uma fonte da instituição. O mesmo vale para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que colocará à disposição do País US\$ 4,5 bilhões para programas de ajuste estrutural e de cunho social.

O novo mecanismo de prevenção

Nos financiamentos do Bird e do BID para programas de ajuste fiscal e de cunho social, de US\$ 4,5 bilhões cada um, não haverá exigência de garantias extras

Maria Helena Tachinardi de Washington

de crises, que conterà contribuições do G-7, provavelmente não será administrado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). "Talvez seja gerenciado por uma outra agência multilateral", acrescentou a fonte, sem dar mais detalhes. Os organismos envolvidos na elaboração do pacote financeiro são o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco para Compensações Internacionais, o banco central dos bancos centrais, com sede na Basileia (Suíça).

A ajuda financeira, que não beneficiará apenas o Brasil, "vai demorar umas duas ou três semanas", e o País não deverá negociar bilateralmente com cada governo do G-7, mas em conjunto. A demora na montagem do pacote se deve à indefinição dos montantes que as sete potências alocarão. O Japão "fará alguma contribuição", disse ontem o ministro japonês das Finanças, Kiichi Miyazawa, segundo a agência Kyodo News Service. O jornal Yomiuri Shimbun mencionou que Tóquio planeja desembolsar até US\$ 1 bilhão em empréstimos ao Brasil.



Michel Camdessus

Esses financiamentos sairiam do Export-Import Bank (Eximbank) do Japão. Os EUA ainda não anunciaram a sua participação, mas na avaliação do mercado ela poderia se situar entre US\$ 3 bilhões e US\$ 5 bilhões. Os recursos seriam sacados do Fundo de Estabilização Cambial (ESF), criado em 1934 para ajudar a estabilizar o dólar. Esse fundo, utilizado na operação de socorro ao México, dispunha, em março deste ano, de US\$ 23,61 bilhões, de acor-

do com informações do Departamento do Tesouro.

Concluído até amanhã, como se espera, o acerto do País com o FMI sobre a carta de intenções do governo, os próximos passos serão a assinatura do documento pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o seu envio ao diretor gerente da instituição, Michel Camdessus. "Com isso, abrem-se as portas para a ajuda internacional. Não que esteja certo que o Brasil vá usar os recursos do fundo de contingência, mas somente a sua existência já dará uma garantia para os investidores e maior tranquilidade ao mercado", afirmou a fonte.

"A assinatura da carta de intenções satisfará o G-7 porque é como se fosse um aval do FMI ao programa brasileiro. Significa que o Fundo aprovou as metas do País e a forma como o governo pretende atingi-las. O plano de ajuste fiscal foi construído no Brasil, por isso o processo es-

tá demorando um pouco, porque é preciso mostrar como se chegou aos números, como se pretende atingir as metas", explicou.

O pacote financeiro ainda não está definido, mas fontes do governo calculam que, no total, não passará de US\$ 40 bilhões. Estima-se que o FMI entrará com US\$ 18 bilhões, o BIRD e o BID com outros US\$ 9 bilhões. A participação dos EUA deverá ser de até US\$ 5 bilhões. Isso somaria US\$ 32 bilhões. Mas como

Fundo de contingência deve ser administrado por organismo multilateral no lugar do Fundo Monetário Internacional

a maior parcela do G-7 deverá caber aos EUA, até por uma questão de interesse regional, a expectativa é que o bolo de recursos não cresça muito.

Na crise asiática, o principal volume de recursos saiu do Japão. A Europa foi a que mais desembolsou na crise russa. No pacote de US\$ 50 bilhões de resgate do México, em 1995, os dois maiores credores foram o FMI e os EUA. "O pacote americano tinha uma variedade de instrumentos,

entre eles operações de swap e empréstimos de curto prazo, com recursos do Tesouro e do Federal Reserve Board, lembra uma fonte da área econômica.

Para se ter uma idéia do que significa o interesse regional, basta notar que, considerando-se as três regiões — América Latina, leste europeu e Ásia — 60% da exposição dos bancos americanos e canadenses é nos países latinoamericanos. Dos empréstimos de bancos japoneses, 86% destinam-se à Ásia. A exposição relativa de bancos italianos, alemães, franceses e britânicos é maior na Ásia e na América Latina, já que o Leste europeu é menor do que as demais regiões.

Depois de assinada a carta de intenções, o Brasil deverá efetivamente formalizar o seu pedido de empréstimos ao BIRD e ao BID, que será analisado pelas diretorias das duas instituições. Ontem, fontes familiarizadas com as negociações demonstravam otimismo. "Hoje deve estar concluída a análise da carta de intenções, que estará pronta para ser assinada", comentaram. Amanhã, Amaury Bier, secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, e Marcos Caramuru de Paiva, secretário de Assuntos Internacionais, embarcam de volta ao Brasil.